



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO

Contribuinte: 503720542

Moeda: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	17	2.651.039,29	2.349.750,86
Subsídios, doações e legados à exploração	18	262.795,52	242.904,20
Subsídios de entidades públicas		216.797,58	197.613,70
ISS, IP - Centros Distritais			1.400,00
Outras entidades públicas		216.797,58	196.213,70
Subsídios de outras entidades			
Doações heranças e legados		45.997,94	45.290,50
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-378.097,75	-360.600,20
Fornecimentos e serviços externos	19	-402.851,01	-389.202,25
Gastos com o pessoal	20	-2.135.296,30	-1.931.479,31
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			335,30
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor	8		5.128,00
Outros rendimentos e ganhos	5 e 21	164.940,60	172.641,41
Correcções relativas a anos anteriores		1.904,53	18.731,19
Correções positivas de comparticipação do ISS, IP		1.751,80	1.476,08
Outras correções de anos anteriores		152,73	17.255,11
Imputação de subsídios ao investimento		57.271,76	61.021,76
Outros rendimentos		105.764,31	92.888,46
Outros gastos e perdas	5 e 22	-9.965,34	-6.416,10
Correcções relativas a anos anteriores		-5.346,44	-3.297,72
Correções negativas de comparticipação do ISS, IP			
Outras correções de anos anteriores		-5.346,44	-3.297,72
Outros gastos		-4.618,90	-3.118,38
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		152.565,01	83.061,91
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	-135.191,19	-112.898,76
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		17.373,82	-29.836,85
Juros e rendimentos similares obtidos	23	34.132,13	42.155,99
Juros e gastos similares suportados	23	-43,06	
Resultados antes de impostos		51.462,89	12.319,14
Imposto sobre o rendimento do período	12		-5,07
Resultado líquido do período		51.462,89	12.314,07



PADA.

UA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO

Contribuinte: 503720542

Moeda: Euro

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	DATAS
		2025	2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	2.053.436,60	2.077.872,74
Activos intangíveis	7		851,16
Investimentos financeiros	8	231.267,29	230.782,87
		2.284.703,89	2.309.506,77
Activo corrente			
Inventários	9		
Créditos a receber	10	49.676,38	54.179,91
Estado e outros entes públicos	12	15.223,35	14.827,85
Diferimentos	14	7.537,30	9.974,65
Outros ativos correntes	13	22.706,02	24.687,17
Caixa e depósitos bancários	4	2.263.104,62	2.191.284,36
		2.358.247,67	2.294.953,94
Total do activo		4.642.951,56	4.604.460,71
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	15		
Resultados transitados		2.517.213,57	2.504.899,50
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		1.677.526,16	1.736.595,97
Subsídios ao Investimento		1.579.232,76	1.636.504,52
Doações		98.293,40	100.091,45
		4.194.739,73	4.241.495,47
Resultado líquido do período		51.462,89	12.314,07
Total dos fundos patrimoniais		4.246.202,62	4.253.809,54
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11	43.670,04	45.328,49
Adiantamentos de clientes	10	161,64	100,72
Estado e outros entes públicos	12	49.270,88	55.081,97
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	14		
Outros passivos correntes	16	303.646,38	250.139,99
		396.748,94	350.651,17
Total do passivo		396.748,94	350.651,17
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4.642.951,56	4.604.460,71

PPA
1/A



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Contribuinte: 503720542

Moeda: EUROS

		DATAS	
RUBRICAS	NOTAS	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes	10 e 17	2.654.817,20	2.294.226,15
Pagamentos a fornecedores	11 e 19	-812.529,63	-738.669,56
Pagamentos ao pessoal	16 e 20	-1.380.858,13	-1.261.490,89
Caixa gerada pelas operações		461.429,44	294.065,70
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-5,07	-103,15
Outros recebimentos/pagamentos		-315.686,89	-302.885,79
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		145.737,48	-8.923,24
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	6	-115.775,98	-180.240,09
Ativos intangíveis	7	-885,60	-851,16
Investimentos financeiros	8		
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	6		
Ativos intangíveis	7		
Investimentos financeiros	8		
Outros ativos			
Subsídios ao investimento	18		
Juros e rendimentos similares	13 e 23	38.849,02	36.587,79
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-77.812,56	-144.503,46
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Doações	18	3.938,40	2.393,69
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares	23	-43,06	
Outras operações de financiamento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		3.895,34	2.393,69
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		71.820,26	-151.033,01
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início de período		2.191.284,36	2.342.317,37
Caixa e seus equivalentes no fim de período	4	2.263.104,62	2.191.284,36



Prestação de Contas Exercício Económico de 2025

**Anexo conforme alínea f) do art.º 2 da
Portaria 220/2015, de 24 de julho**

Paderne, 31 de março de 2026



Índice

1	Identificação da Instituição.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	5
3	Principais Políticas Contabilísticas	6
3.1	Bases de Apresentação	6
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	7
4	Caixa e Depósitos Bancários	14
5	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	14
6	Ativos Fixos Tangíveis	14
7	Ativos Intangíveis.....	16
8	Investimentos Financeiros.....	17
9	Inventários	17
10	Clientes e utentes	17
11	Fornecedores e Adiantamentos a Fornecedores.....	18
12	Estado e Outros entes públicos	18
13	Outras contas a receber.....	18
14	Diferimentos	19
15	Fundos Patrimoniais	19
16	Outras Contas a pagar	19
17	Rédito.....	20
18	Subsídios, doações e legados à exploração	20
19	Fornecimentos e serviços externos	21
20	Benefícios dos empregados	21
21	Outros rendimentos e ganhos	22
22	Outros gastos e perdas	22
23	Resultados Financeiros	23
24	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	23
25	Acontecimentos após data de Balanço.....	23

1 Identificação da Instituição

O Centro Paroquial de Paderne foi criado por iniciativa da Fábrica da Igreja Paroquial de Paderne, em 1996, tendo em conta um velho sonho dos padernenos, de criar um espaço para desenvolver atividades com as suas crianças e seus idosos. O Pároco da altura, Sr. Pe. Carlos César Chantre, com o apoio das entidades oficiais e a generosa doação de um terreno, pelo Sr. António Libânio Correia, levou avante o sonho e tornou-o realidade. Como Instituição da Igreja Católica a sua personalidade jurídica resultou da participação escrita da ereção canónica decretada pelo Sr. Bispo da Diocese do Algarve, a 28/08/1996.

Em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social aprovado pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro e pela Lei n.º 76/2015, de 28 de julho que alteram o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 fevereiro, e de acordo com o Regulamento do Registo aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro, procedeu-se ao registo definitivo da segunda alteração dos Estatutos do Centro Paroquial de Paderne, reconhecido como pessoa coletiva de utilidade pública.

A alteração dos estatutos foi aprovada em 07/10/2015 pela autoridade eclesiástica competente e o seu registo foi lavrado pelo averbamento n.º 3, à inscrição n.º 12/97, a fls 128 Verso do Livro n.º 5 e fls. 127 do Livro n.º 7 das Fundações de Solidariedade Social, considerando-se efetuado em 22/03/2016 nos termos do n.º 4 do artigo 9º do Regulamento do Registo acima citado.

Tem a sua sede no edifício de Centro Comunitário de Paderne, no sítio da Cerca Velha, na freguesia de Paderne (8200-466), concelho de Albufeira, distrito de Faro.

Tem como visão: “Tornar o Centro Paroquial de Paderne, na sua área de intervenção social, uma referência de excelência, onde a Comunidade se reveja, enquanto expressão de harmonia entre crianças, jovens, seus pais e avós” e a sua missão: “Contribuir para o bem-estar da comunidade, desde a primeira infância à terceira idade, prestando serviços diversificados, assentes em valores cristãos, com o objetivo de promover e consolidar um desenvolvimento social equilibrado e harmonioso”.

São valores desta instituição: “Caridade; Entrega; Serviço; Fraternidade; Bondade; Disponibilidade; Interajuda; Compreensão; Equidade; Solidariedade; Participação e Dedicção; Desenvolvimento e Inovação”.

O Órgão de Gestão, nomeado pelo Ordinário Diocesano, sob proposta da Fábrica da Igreja Paroquial de Paderne, é constituído por uma Direção, sendo o Presidente, o respetivo Pároco da freguesia e um Conselho Fiscal. Para o período de 2023/2027, tem nomeado o seguinte Órgão de Gestão:

Direção

Presidente: Pe. Pedro Filipe Duarte Manuel

Vice-Presidente: Marco Filipe de Almeida Vieira

Secretário: Vera Lúcia Guerreiro Miguel Grade Gomes

Tesoureiro: Arsénio Zurrapa Martins

Vogais: Vanda Margarida Domingos Jorge Guerreiro, Marco António Coelho Guerreiro e Diamantino de Sousa Gomes Jorge



Conselho Fiscal

Presidente: Alberto José Cordeiro dos Santos

Vogais: João Carlos Silva Chorondo e Maria Emília da Conceição Neto Martins

Diretor Executivo:

David Oliveira Cabrita

No presente ano, a Instituição no seu processo de estabelecer relações entre as pessoas e os recursos disponíveis, contou com uma vasta equipa multidisciplinar de técnicos, com a seguinte estrutura:

Diretor de Serviços: David Oliveira Cabrita

Coordenadora Pedagógica das Creches: Patrícia Alexandra Silva

Diretora Técnica e Pedagógica da Creche de Paderne: Joana Santos

Diretora Técnica e Pedagógica da Creche de Ferreiras: Ana Carolina Carmo

Diretora Técnica e Pedagógica da Creche de Albufeira: Daniela Afonso

Diretora Técnica de ERPI e Centro de Dia, em Paderne: Vanda Jorge

Diretora Técnica de Apoio Domiciliário, em Paderne: Ana Mafalda Bento

Diretora Técnica da ERPI, em Albufeira: Vera Simões

Para o cumprimento dos seus objetivos, conta com 3 estabelecimentos sociais, onde desenvolve 7 respostas sociais com utentes, desde a primeira infância à terceira idade:

- O Centro Comunitário de Paderne é o edifício sede da Instituição. Inaugurado em setembro de 2002, funciona as seguintes respostas sociais: Centro de Dia, ERPI (Lar de Idosos), Apoio Domiciliário e Creche. A creche tem uma capacidade de 74 crianças, distribuídas por um berçário, três salas de atividades, uma sala polivalente, um recreio infantil, gabinetes técnicos, refeitório, etc. Conta ainda com alguns espaços comuns com as restantes respostas sociais, como uma sala de reuniões/formação, auditório, ginásio, capela, serviços administrativos. Direcionado para a terceira idade (ERPI, Centro de Dia e Apoio Domiciliário) conta com alojamento para 39 idosos, enfermaria, gabinete médico, farmácia, banhos assistidos, sala de trabalhos manuais, salas de visitas, sala estar e convívio, cabeleireiro, refeitório dos idosos, etc. Em funcionamento no mesmo espaço, tem um centro de dia, para 10 idosos e é organizado o serviço de apoio domiciliário, pela freguesia de Paderne e Ferreiras, com uma capacidade para 50 idosos.

Relacionado ainda aos serviços têm ainda espaços comuns, nomeadamente uma cozinha, lavandaria, economato, oficina, etc. No exterior do edifício existe um jardim, em toda a envolvente, com espaços livres, para caminhadas e descanso, e ainda estacionamento privado.

- A Creche S. José de Ferreiras, inaugurada em setembro 2002, está instalada num complexo junto à Igreja Paroquial de Ferreiras, em terreno pertencente à mesma. No resto chão do edifício funciona a Creche, com capacidade para 42 crianças, distribuídas por um berçário, duas salas de atividades, gabinete, refeitório, cozinha, lavandaria e sala de arrumos. No primeiro piso tem um salão polivalente e um bar de apoio. No recinto exterior tem um parque de recreio infantil e estacionamento privado.

- O Centro Social Quinta da Palmeira – Albufeira, um edifício da Câmara Municipal de Albufeira, inaugurado em 2008 e que por intermédio de um Protocolo de Colaboração, o Centro Paroquial assumiu a gestão e funcionamento deste estabelecimento social. Tem em funcionamento uma creche, com capacidade para 69 crianças composta por dois berçários, seis salas de atividades, refeitório para as crianças e um recreio infantil exterior. No primeiro piso, funciona o espaço de alojamento do lar de idosos, para 19 utentes, sala de estar, arrumos e ainda, enfermaria, gabinete médico, sala estar e convívio e refeitório dos idosos. Conta com outros espaços comuns como a salão polivalente, receção, gabinetes técnicos, cozinha, lavandaria. No seu exterior conta com um pequeno jardim.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Instituições do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e alterado pelo Decreto Lei n.º 98/2015, de 2 de julho.

O Sistema de Normalização para Instituições do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI) – Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e

Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Disposições do SNC derrogadas

No exercício económico o Centro Paroquial de Paderne não procedeu à derrogação de quaisquer das disposições do SNC, considerando, portanto, que as demonstrações financeiras dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Instituição.

Conteúdos não comparáveis com o exercício anterior

Considera-se que os conteúdos das demonstrações financeiras se apresentam comparáveis com os do exercício anterior.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Instituição na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Instituições do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins, passando, a gestão das atividades, pela adaptação às novas realidades sócio-financeiras.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Instituição e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para

colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Instituição espera vir a incorrer.



Os ativos que foram atribuídos à Instituição a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Instituição tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada para as IPSS's em POCIPSS, para os equipamentos adquiridos até 2011, e pelo Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro, a partir de 2012.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Sem depreciação
Edifícios e outras construções	De 1 a 50 anos
Equipamento básico	De 1 a 10 anos
Equipamento de transporte	De 4 a 8 anos
Equipamento administrativo	De 1 a 6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	De 1 a 10 anos

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.2.2 Ativos Intangíveis

É política que os "Ativos Intangíveis" sejam registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Instituição e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte, situação que no exercício económico não acontece por não se encontrarem refletidos quaisquer ativos:



Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	De 1 a 3

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Instituição adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Instituição detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;

- Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes
- 

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados, membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela Instituição estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Instituição avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Instituição ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor, ou a norma legal aplicável a cada Instituição estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6 Provisões

Periodicamente, a Instituição analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Instituição reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Instituição reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Instituição por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social e instituições anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar.”

No entanto, o n.º 3 do referido artigo, menciona que a isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de instituições previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 20% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87.

Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos para a Autoridade Tributária e Aduaneira e cinco anos para o Instituto de Segurança Social, exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais do ano da Instituição ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Direção do Centro Paroquial de Paderne não prevê que qualquer alteração, a ocorrer em função de eventuais atos revisão ou inspeção, possam provocar qualquer impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Instituição. 

3.2.9 Rédito, rendimentos e gastos

Os réditos, rendimentos e gastos são reconhecidos independentemente do seu recebimento ou pagamento, respetivamente, conforme o estabelecido no critério do regime de acréscimo em 3.1.2 acima.

4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	1.246,89	1.556,15
Depósitos � ordem	561.856,15	309.726,63
Depósitos a prazo	1.700.001,58	1.880.001,58
Total	2.263.104,62	2.191.284,36

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Na preparação das demonstrações financeiras, a Instituição adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas foram realizadas com base no seu melhor conhecimento existente,   data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

No exercício não se observaram quaisquer alterações de políticas contabilísticas, sendo que as alterações nas estimativas e erros foram registadas nos códigos de contas 6881 e 7881, referentes a correções de exercícios anteriores. Não há relevância significativa nestes registos.

6 Ativos Fixos Tangíveis

Relativamente aos Ativos Fixos Tangíveis, os critérios de mensuração, métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação utilizadas foram já se apresentados no ponto 3.2.1 acima.

Bens do domínio público

A Instituição não usufrui “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

Bens do patrim nio histórico, artístico e cultural

No período não se encontram registados quaisquer “Bens do patrim nio, histórico, artístico e cultural”.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ano de 2024

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates / Vendas	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Ativos Fixos						
Terrenos e recursos naturais	29.967,50					29.967,50
Edifícios e outras construções	3.279.759,09	80.861,38				3.360.620,47
Equipamento básico	584.015,25	38.764,33				622.779,58
Equipamento de transporte	148.289,65	22.815,00				171.104,65
Equipamento administrativo	47.778,31	3.318,48				51.096,79
Outros Ativos fixos tangíveis	51.309,51	1.441,75				52.751,26
Ativos em curso		36.708,95				36.708,95
Total	4.141.119,31	183.909,89				4.325.029,20
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	1.320.736,14	89.484,07		1.410.220,21		
Equipamento básico	569.694,09	12.252,58		581.946,67		
Equipamento de transporte	144.739,65	6.401,88		151.141,53		
Equipamento administrativo	47.778,31	3.318,48		51.096,79		
Outros Ativos fixos tangíveis	51.309,51	1.441,75		52.751,26		
Total	2.134.257,70	112.898,76		2.247.156,46		

Ano de 2025

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates / Vendas	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Ativos Fixos						
Terrenos e recursos naturais	29.967,50					29.967,50
Edifícios e outras construções	3.360.620,47	65.836,44		-58.948,95		3.485.405,86
Equipamento básico	622.779,58	18.393,26				641.172,84
Equipamento de transporte	171.104,65		13.479,24			157.625,41
Equipamento administrativo	51.096,79	796,43				51.893,22
Outros Ativos fixos tangíveis	52.751,26	1.752,16				54.503,42
Ativos em curso	36.708,95	22.240,00		58.948,95		0,00
Total	4.325.029,20	109.018,29	13.479,24	0,00		4.420.568,25
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	1.410.220,21	114.747,72		1.524.967,93		
Equipamento básico	581.946,67	13.306,24		595.252,91		
Equipamento de transporte	151.141,53	2.851,88	13.479,24	140.514,17		
Equipamento administrativo	51.096,79	796,43		51.893,22		
Outros Ativos fixos tangíveis	52.751,26	1.752,16		54.503,42		
Total	2.247.156,46	133.454,43	13.479,24	2.367.131,65		

Relativamente aos Ativos Fixos Tangíveis, acresce referir que o terreno, onde foi construída a Creche S. José de Ferreiras, é propriedade da Fábrica Paroquial da Igreja de S. José de Ferreiras.

NA

Quanto ao Centro Social Quinta da Palmeira, em Albufeira, propriedade do Município de Albufeira, o imóvel encontra-se cedido à Instituição, a título gratuito e com carácter temporário, conforme Protocolo de Colaboração, assinado entre as duas partes.

7 Ativos Intangíveis

Relativamente aos Ativos Intangíveis, os critérios de mensuração, métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação utilizadas foram já se apresentados no ponto 3.2.2 acima.

Bens do domínio público

A Instituição não usufrui "Ativos Intangíveis" do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

2024						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Revaloriz.	Saldo final
Ativos Fixos						
Programas de Computador	4.028,93	851,16				4.880,09
Total	4.028,93	0,00	0,00	0,00	0,00	4.880,09
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final		
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	4.028,93			4.028,93		
Total	4.028,93	0,00	0,00	4.028,93		

2025						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Revaloriz.	Saldo final
Ativos Fixos						
Programas de Computador	4.880,09	885,60				5.765,69
Total	4.880,09	885,60	0,00	0,00	0,00	5.765,69
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final		
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	4.028,93	1.736,76		5.765,69		
Total	4.028,93	1.736,76	0,00	5.765,69		

8 Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são representados pelo seguinte quadro:

Rubricas	2025	2024
Saldo Inicial	230.782,87	226.113,41
Aumentos	484,42	5.128,00
Diminuições		458,54
Saldo Final	231.267,29	230.782,87

9 Inventários

As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada encontram-se apresentadas no ponto 3.2.3 (acima).

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024		
	Inventário inicial	Compras/Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	360.600,20	0,00
Total	0,00	360.600,20	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			360.600,20
Descrição	2025		
	Inventário inicial	Compras/Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	378.097,75	0,00
Total	0,00	378.097,75	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			378.097,75

10 Clientes e utentes

Para os períodos de 2024 e 2025 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	45.424,20	50.238,31
Utentes	4.252,18	6.907,21
Clientes e Utentes com Adiantamentos		
Clientes	161,64	100,72
Utentes		
Clientes e Utentes Perdas por Imparidade Acumuladas		
Clientes		
Utentes		2.965,61

11 Fornecedores e Adiantamentos a Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores		
Passivo		
Fornecedores c/c	43.670,04	45.328,49

12 Estado e Outros entes públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	15.223,35	14.827,85
Total	15.223,35	14.827,85
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		5,07
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		9.858,32
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	7.251,84	5.478,93
Segurança Social	41.800,37	39.531,44
Outros Impostos e Taxas	218,67	208,21
Total	49.270,88	55.081,97

13 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber, ativo corrente" tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Adiantamentos ao pessoal	271,36	
Instituto de Segurança Social		
IEFP	1.322,31	
Juros a receber	6.289,31	11.026,53
Consignação IRS para IPSS's	14.636,01	13.295,64
Outros acréscimos de rendimentos		250,00
Outros devedores	187,03	115,00
Total	22.706,02	24.687,17

A rubrica "instituto de Segurança Social" passou a ser considerada o no ponto 10, informação em nota 17.

14 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:



Descrição	2025	2024
Seguros	7.537,30	9.974,65
Total gastos a reconhecer	7.537,30	9.974,65
Acordos de cooperação a reconhecer		
Total proveitos a reconhecer		

15 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados transitados	2.504.899,50	12.314,07		2.517.213,57
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.736.595,97		59.069,81	1.677.526,16
Total	4.241.495,47	12.314,07	59.069,81	4.194.739,73

A variação da rubrica de "Resultados transitados" é justificada pela aplicação do resultado líquido do exercício de 2024.

No que refere aos restantes movimentos da rubrica "Outros fundos patrimoniais", pode ser explicada pelo mapa dos subsídios, no ponto 18.

16 Outras Contas a pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		787,22		761,35
Outras operações c/ pessoal				
Perdas por imparidade acumuladas				
Outros Financiadores		413,93		413,93
Fornecedores de Investimentos		99,12		
Credores por acréscimo de gastos (inclui/Previsão Férias c/Pessoal)		301.162,43		247.274,35
Outros credores		1.597,61		1.690,36
Total		303.646,38		250.139,99

17 Rédito

Os critérios de reconhecimento do rédito encontram-se apresentados no ponto 3.2.9 acima. Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas		
Prestação de Serviços		
Mensalidades	772.889,14	743.104,15
ISS, IP – Centro Distrital	1.819.817,79	1.562.021,98
Promoções para captação de recursos		
Serviços Secundários	58.332,36	44.624,73
Total	2.651.039,29	2.349.750,86

18 Subsídios, doações e legados à exploração

A Instituição reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	216.797,58	197.613,70
Subsídios de outras Instituições		
Doações e heranças	38.464,00	36.426,74
Legados		
Consignação de IRS	7.533,94	8.863,76
Total	262.795,52	242.904,20

Relativamente aos subsídios obtidos do Estado e outros entes públicos tinham a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
ISS, IP – Centro Distrital S. S. Faro		1.400,00
IEFP	12.796,78	7.275,90
Município de Albufeira	194.868,00	177.705,00
Junta de Freguesia de Paderne	4.132,80	6.232,80
Junta de Freguesia de Ferreiras	5.000,00	5.000,00
Total	216.797,58	197.613,70

Os valores do código 593 “Subsídios” do plano de contas SNL, encontram-se representados com base no seguinte mapa:

DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO	VALOR TOTAL	SALDO	IMIENTOS NO	SALDO
	UTILIZAÇÃO	POR ENTIDADE E	VALOR LIQ.	A débito	VALOR LIQ.
	INVEST.º	EMPREEND.º	ANO N-1	Para a 79831/2	ANO N
	(2)	(3)	(9)	(10)	(14)
PIDDAC - Obra Centro Paderne	2003	1.488.768,28	833.710,14	29.775,37	803.934,77
Câmara Albufeira - Obra Centro Paderne	2003	588.635,51	329.635,89	11.772,71	317.863,18
CCR Algarve - Obra Centro Paderne	2003	41.532,41	23.258,11	830,65	22.427,46
Câmara Albufeira - Obra Centro Paderne	2008	328.957,85	217.112,13	6.579,16	210.532,97
TOTAL SUBS. Edf. Centro de Paderne		2.447.894,05	1.403.716,27	48.957,89	1.354.758,38
Edif. Centro Paroquial de Paderne	2003	2.118.936,20	1.186.604,36		1.144.225,64
Edif. Centro Paroquial de Paderne - Alargament	2008	328.957,85	217.112,13		210.532,97
TOTAL INVESTIM. - Edf. Centro de Paderne		2.447.894,05	1.403.716,49		1.354.758,61
PIDDAC - Creche das Ferreiras	2003	398.353,80	222.461,98	7.945,07	214.516,91
Câmara Albufeira - Crec. Ferreiras	2003	18.490,93	10.326,27	368,80	9.957,47
TOTAL SUBS. PARA Edf. Creche Ferreiras		416.844,73	232.788,25	8.313,87	224.474,38
Edif. Creche das Ferreiras	2003	413.644,31	231.640,81		223.367,92
Porta Corta Fogo (substituição c/ abate no AF)	2013	1.151,42	875,06		852,03
Porta Corta Fogo (substituição c/ ABATE NO a	2014	2.049,00	1.598,22		1.557,24
TOTAL INVESTIM. - Edf. Creche Ferreiras		416.844,73	234.114,09		225.777,19

19 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Serviços especializados	141.903,65	132.044,41
Materiais	133.403,74	124.025,44
Energia e fluidos	108.055,22	111.387,44
Deslocações, estadas e transportes	626,77	1.049,23
Outros Bens e Serviços diversos	18.861,63	20.695,73
Total	402.851,01	389.202,25

20 Benefícios dos empregados

Os Órgãos de Gestão não usufruem quaisquer remunerações, conforme previstos nos Estatutos.

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao pessoal	1.721.682,35	1.575.796,20
Indemnizações	3.801,87	7.119,96
Encargos sobre as Remunerações	358.052,93	328.098,52
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	17.268,69	11.745,39
Outros Gastos com o Pessoal	34.490,46	8.719,24
Total	2.135.296,30	1.931.479,31

A Instituição no ano de 2025 teve um ligeiro aumento do número médio anual de funcionários ativos mensal em comparação a 2024, passando de 104 para 108 trabalhadores ativos, respetivamente.

11A

A repartição da taxa social única da instituição, a nível de encargos, pode decompor-se nos seguintes quadros:

Referente a 2024:

Tipologia de Enquadramento TSU	TSU + SS	Remunerações Base	Encargo Empresa (TSU)		Poupança
			Em %	Valor	
Pagamentos não sujeitos	0%	107.061,40	0,0%		-
Regime de IPSSs	33,3%	1.468.734,80	22,3%	327.527,86	-
Regime pensionista	23,9%	3.479,61	16,4%	570,66	205,29
Total		1.575.796,20		328.098,52	205,29

Referente a 2025:

Tipologia de Enquadramento TSU	TSU + SS	Remunerações Base	Encargo Empresa (TSU)		Poupança
			Em %	Valor	
Pagamentos não sujeitos	0%	117.571,05	0,0%		-
Regime de IPSSs	33,3%	1.604.111,30	22,3%	357.716,82	-
Regime pensionista	23,9%		16,4%		-
Estudante curta duração	26,1%	1.287,78	26,1%	336,11	-
Total		1.721.682,35		358.052,93	-

21 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	75.749,50	65.894,50
Recuperação de dívidas a receber		
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	484,42	
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	18.654,08	14.820,52
Outros rendimentos e ganhos	70.052,60	91.926,39
Total	164.940,90	172.641,41

22 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	556,29	885,83
Dívidas incobráveis	847,46	
Gastos em investimentos financeiros		458,54
Outros gastos e perdas	8.561,59	5.071,73
Total	9.965,34	6.416,10

23 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Juros mora e compensatórios	46,06	0,00
Total	46,06	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	34.132,13	42.155,99
Outros rendimentos similares		
Total	34.132,13	42.155,99
Resultados Financeiros	34.086,07	42.155,99

24 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Instituição perante o Instituto de Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A Instituição, no ano de 2025, teve as suas contas auditadas, na modalidade de Auditoria Externa e Certificação Legal de Contas, prestado pela CFAUDIT - Carlos Ferreira & Associado SROC, Lda., totalizando o valor dos honorários €1.390, acrescido de IVA à taxa legal.

25 Acontecimentos após data de Balanço

Posteriormente a 31 de dezembro de 2025, a instabilidade geopolítica internacional e a persistência de conflitos armados têm gerado volatilidade nos mercados financeiros e pressões inflacionistas nos custos de energia, matérias-primas e transportes.

Paderne, 31 de março de 2026

O Contabilista Certificado,



O Presidente da Direção,



CENTRO
PAROQUIAL
PADERNE

Instituição Particular de Solidariedade Social
nif: 503 720 542

Sede: Cerca Velha, 8200-466 Paderne ABF
tlf: 289370820 / e: cparoquiaL_paderne@sapo.pt

RELATÓRIO DE GESTÃO

Através do presente relatório de gestão, vem, a Direção desta Instituição Particular de Solidariedade Social, dar conhecimento aos seus utentes/responsáveis, colaboradores, fornecedores, parceiros e a outros interessados, com quem o Centro Paroquial de Paderne mantém relações profissionais, alguns aspetos que considera relevantes, relacionados com a sua atividade social, desenvolvida no exercício do ano de 2025.

1 – PRINCIPAIS ATIVIDADES DA INSTITUIÇÃO

Em 2025, a Instituição manteve o seu trabalho social desenvolvido na área da primeira infância e da terceira idade, nomeadamente com as seguintes respostas sociais, n.º médio de utentes e respetivo quadro de pessoal contratado, no final do ano:

Estabelecimento Social	Resposta Social	N.º Médio de Utentes	N.º Colaboradores afetos R. S.	N.º Colaboradores Comuns
Centro Comunitário de Paderne	Creche Gente Miúda	74	16	5
	Centro de Dia	10	3	
	Lar de Idosos (ERPI)	39	21	
	Serviço de Apoio Domiciliário	46	8	
	Outros	-	10	
Creche de S. José – Ferreiras	Creche S. José	42	11	
Centro Social Quinta da Palmeira - Albufeira	Creche Os Palmeirinhas	69	18	
	Lar de Idosos (ERPI)	19	13	
	Outros	-	6	
Totais		299	111	

Para além dos serviços típicos, a nossa valência de Banco Alimentar, continuou a prestar apoio social a famílias carenciadas da freguesia de Paderne, com a angariação e distribuição de géneros alimentares. Foram apoiadas cerca de 17 famílias com a distribuição mensal de géneros alimentares e outros, e ainda cerca de 21 famílias apoiadas mensalmente com os cabazes alimentares, participados pela CMA.

2 – EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA INSTITUIÇÃO

Em 2025, deu-se continuidade aos serviços sociais prestados no ano anterior, mantendo o número médio de utentes de 299, face ao ano de 2024. Com o cumprimento do Plano de Atividades, sem desvios relevantes, os resultados obtidos superaram as previsões efetuadas no Orçamento de 2025, conforme o seguinte quadro que demonstra as variações ocorridas entre os resultados orçamentados e executados, em 2025:

Código	Gastos	Orçamento 2025	Contas 2025	Variações
61	Gastos dos inventários vendidos e matérias consumidas	350.227,00	378.097,75	27.870,75
62	Fornecimentos e serviços externos	364.944,00	402.851,01	37.907,01
63	Gastos com o pessoal	2.027.084,00	2.135.296,30	108.212,30
64	Gastos de depreciação e de amortização	135.394,00	135.191,19	- 202,81
68	Outros gastos e perdas	6.286,00	9.965,34	3.679,34
	Total	2.883.935,00	3.061.401,59	
Código	Rendimentos	Orçamento 2025	Contas 2025	Variações
72	Prestações de serviços / Mensalidades	2.532.645,00	2.651.039,29	118.394,29
75	Subsídios exploração	230.001,00	262.795,52	32.794,52
78	Outros rendimentos e ganhos	15.336,00	107.668,84	92.332,84
7883	Subsídios Investimento	59.070,00	57.271,76	- 1.798,24
7911	Juros (Investimentos Financeiros)	25.842,00	34.132,13	8.290,13
	Total	2.862.894,00	3.112.907,54	
	Total -	21.041,00	51.505,95	

3 – BREVE ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO

Apesar das dificuldades económicas sentidas, no ano de 2025, face ao impacto da inflação e outros fatores externos, conseguiu-se controlar aumento de gastos, nomeadamente nos custos dos fornecimentos e serviços externos e dos géneros alimentares. A subida do ordenado mínimo nacional e consequente aumento de vencimentos foi fator que contribuiu par ao maior aumento de gastos. Por sua vez, constatou-se o aumento positivo das comparticipações financeiras do Instituto de Segurança Social, a continuidade do recebimento de subsídios à exploração por parte de entidades públicas (CMA, IEF, Juntas de Freguesias de Paderne e Ferreiras) e as atualizações favoráveis das comparticipações familiares, que permitiram garantir a continuidade do nosso serviço social, prestado aos nossos utentes, com qualidade e ainda, o apoio a várias famílias carenciadas, em Paderne, com donativos alimentares.

Com isto, e consequência das boas políticas de gestão, da eficiente manutenção do imobilizado e da racionalização dos gastos e rendimentos, conseguiu-se atingir os objetivos definidos e dar a melhor resposta possível às necessidades dos nossos utentes. O quadro seguinte apresenta uma comparação de resultados com o período homólogo de 2024:

Código	Gastos	Contas 2024	Contas 2025
61	Gastos dos inventários vendidos e matérias consumidas	360.600,20	378.097,75
62	Fornecimentos e serviços externos	389.202,25	402.851,01
63	Gastos como pessoal	1.931.479,31	2.135.296,30
64	Gastos de depreciação e de amortização	112.898,76	135.191,19
68	Outros gastos	6.421,17	9.965,34
	Total	2.800.601,69	3.061.401,59
Código	Rendimentos	Contas 2024	Contas 2025
72	Prestações de serviços / Mensalidades	2.349.750,86	2.651.039,29
75	Subsídios exploração	242.904,20	262.795,52
78	Outros rendimentos	111.954,95	107.668,84
7883	Subsídios Investimento	61.021,76	57.271,76
7911	Juros (Investimentos Financeiros)	47.283,99	34.132,13
	Total	2.812.915,76	3.112.907,54
	Total	12.314,07	51.505,95

Assim, a Direção e o Conselho Fiscal consideraram que os resultados obtidos no exercício de 2025 demonstram um funcionamento normal nas suas sete respostas sociais e uma situação financeira e económica equilibrada, reforçando assim a estabilidade da Instituição.

De salientar que a Instituição não tem, em mora, qualquer dívida à Autoridade Tributária e Aduaneira, nem ao Centro Distrital de Segurança Social de Faro, nem a quaisquer outras entidades públicas.

4 – RESSALVA DE RESPONSABILIDADE

Na sequência da gestão do património da Instituição, tornou-se necessário, em 2025, realizar trabalhos de manutenção, nomeadamente a conclusão da pintura do edifício do Centro Social Quinta da Palmeira e a substituição do sistema de aquecimento do Centro Comunitário de Paderne.

Relativamente a esta última intervenção, a avaria do sistema de aquecimento, sem possibilidade de reparação técnica, tornou urgente e imperativa a sua substituição, não tendo sido possível cumprir os prazos necessários para a realização dos procedimentos concursais previstos no Código dos Contratos Públicos. Por sua vez, a intervenção nas paredes e tetos do edifício do Centro Social Quinta da Palmeira revestia-se de carácter urgente, uma vez que se encontravam identificadas zonas com infiltrações e humidades que colocavam em risco as condições de segurança e bem-estar dos utentes e colaboradores.

Embora não tenham sido seguidas as formalidades previstas no Código dos Contratos Públicos, foram realizadas consultas informais ao mercado, garantindo a obtenção de soluções tecnicamente adequadas e economicamente vantajosas, assegurando uma gestão rigorosa e eficiente dos recursos financeiros da Instituição, sem qualquer prejuízo financeiro ou favorecimento de qualquer entidade. Importa ainda salientar que estes trabalhos não beneficiaram de qualquer financiamento público direto.

5 – EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ATIVIDADE

Considerando a análise da evolutiva da nossa atividade no primeiro trimestre de 2026, a Direção, prevê dar continuidade ao normal funcionamento das respostas sociais, cumprindo o previsto no plano de atividade e orçamento para o corrente ano.

O grande desafio para o ano de 2026, que se tem sentido e vindo a agravar, nos últimos tempos, com vários constrangimentos e impacto na prestação do nosso serviço, diz respeito à gestão dos recursos humanos, nomeadamente, na dificuldade de retenção e angariação de novos colaboradores, seja para substituições ou reforços das equipas de trabalho. Trata-se de um problema conjuntural do setor social, com a agravante no quadro de pessoal técnico da resposta social de Creche. Contudo, a Instituição fará todos os esforços possíveis para ultrapassar esta crise.

6 – AGRADECIMENTOS

A Direção da Instituição aproveita a oportunidade para agradecer a todos os seus utentes/familiares, colaboradores, fornecedores, instituições bancárias, entidades oficiais, entre outros parceiros que colaboram e tornam possível o funcionamento desta Instituição de Solidariedade Social, com uma particularidade e destaque para os beneméritos que realizaram doações em géneros e em dinheiro, contribuindo assim para um melhor serviço social junto da comunidade local mais vulnerável.

Paderne, 10 de abril de 2026

O Diretor Executivo,


David Oliveira Cabrita

Instituição Particular de Solidariedade Social
nif: 503 720 542
Sede: Cerca Velha, 8200-466 Paderne ABF
CENTRO PAROQUIAL PADERNE
tlf: 289370820 / p: cparoquial_paderne@sapo.pt